

# JORNALISMO NA SELVA

Lúcio Flávio Pinto  
Jornalista



MAMINGONI

*Meu Jornal Pessoal completou 20 anos de vida. Se ele não existisse, informações importantes, análises elucidativas e idéias úteis deixariam de adquirir a forma impressa. Isso fortaleceria grupos e pessoas que gostariam de manipular a opinião pública — e se apresentariam com seus press-releases sem o contraponto da checagem, do questionamento. Quinzenal, o Jornal Pessoal é lido por 30 mil pessoas só em Belém (PA) e já acumulou 33 processos judiciais por revelar casos de grilagem de terras, extração ilegal de madeira, manipulação da opinião pública, enriquecimento ilícito*

**E**m setembro deste ano, meu *Jornal Pessoal* completou 20 anos de vida. A data me impôs uma reflexão, que dividi com meus leitores: qual a razão de tão extensa peregrinação? Duvido que seja, ao contrário do que sugerem alguns adversários da publicação, por mero capricho ou vaidade pessoal, por maiores que eles fossem. Minhas limitadas condições materiais e minhas afiadas exigências mais íntimas não me permitiriam manter o *JP* simplesmente por capricho ou vaidade, se ele não cumprisse uma função pública, se não preenchesse uma exigência social.

Tirando-o do mostruário das bancas de revistas e expondo-o ao lado dos jornais diários de Belém, verifico que, se o *JP* não existisse, informações importantes, notícias

relevantes, abordagens ilustrativas, análises elucidativas e idéias úteis deixariam de adquirir a forma impressa. Provavelmente empobreceriam a opinião pública e fortaleceriam grupos e pessoas que gostariam de manipulá-la — mais e melhor. Esses grupos e essas pessoas se apresentariam com seus cartões de visita e seus *press-releases* sem o contraponto da checagem, da verificação, da dúvida, do questionamento. O *JP* é um jornal de uma só pessoa, um faz-tudo (ou pau-para-toda-obra, como se dizia antigamente), mas não é um empreendimento iconoclasta, embora às vezes pareça.

Com tiragem de 2 mil exemplares, é lido por pelo menos 30 mil pessoas só em Belém, pela facilidade com que é reproduzido através de xerox, e circula entre leitores de várias partes do mundo. Já acumulou

33 processos na justiça de Belém, a maioria com base na chamada Lei de Imprensa, de 1967, um dos “entulhos autoritários” que remanesce na ordem legal democrática. Em quatro dessas ações, fui condenado. Mas os autores nunca escreveram uma carta para o jornal (que tem por diretriz publicar na íntegra todas as mensagens que recebe, mesmo as extensas) e jamais contestaram de público o conteúdo das matérias que os desagradaram. Em nenhuma delas o assunto versou sobre a intimidade dessas pessoas.

Sempre foram questões de interesse público, como grilagem de terras, extração ilegal de madeira, exploração dos recursos naturais em geral, manipulação da opinião pública, enriquecimento ilícito. O objetivo das ações judiciais é claro: impedir que o jornal prossiga ou minar sua qualidade, desviando

seu único redator de sua atividade profissional para as lides forenses<sup>1</sup>. Os estímulos vieram de fora, como um dos mais prestigiosos prêmios de jornalismo da Itália, o *Colombe d'Oro per La Pace*, em 1997, e a honraria conferida pelo CPJ (Comitê de Proteção aos Jornalistas), de Nova York, em 2005.

***O Jornal Pessoal é um jornal de elite. Nem podia ser de outra maneira. Com apenas 12 páginas, em formato ofício, sem cor, praticamente sem fotografia, escrito por um único redator, seu exemplar custa 3 reais. É mais caro do que um jornal convencional***

O *Jornal Pessoal* é um jornal de elite. Nem podia ser de outra maneira. Com apenas 12 páginas, em formato ofício (só um pouco maior do que uma folha de papel A4), sem cor, praticamente sem fotografia, escrito por um único redator, seu exemplar quinzenal custa três reais. É mais caro do que um jornal convencional, que tem muito mais páginas e atrativos (ou espelinhos e balangandãs) para o leitor. Quem o quiser ler terá que ir até uma banca de revistas para comprá-lo, cada vez mais difícil de frequentar (inclusive pelo risco de assaltos às suas proximidades). Não há a possibi-

lidade de recebê-lo em casa, através de assinatura.

Freqüentemente, o leitor enfrentará textos longos, analíticos, cheios de números e estatísticas, ironias e sutilezas, ceticismo e indignação. Um analfabeto funcional não encontrará qualquer estímulo para encará-lo. Quem mal consegue arranjar dinheiro no acanhado orçamento para pagar o ônibus ruim de cada dia está fora do seu âmbito. Portanto, tinha que ser um jornal dirigido à elite.

Mas o *Jornal Pessoal* tem como seu primeiro alvo a elite à qual se destina, sem qualquer preconceito nem elitismo. Não há outro destino para um jornal verdadeiramente independente, que rejeita publicidade desde o primeiro número, e reduz todos os seus custos para poder viver exclusivamente da venda avulsa, que só lhe devolve 30% líquidos sobre o preço de capa (ou 90 centavos por exemplar, feitos os descontos com a distribuição, comercialização, encalhe, perdas e cortesias).

O povão não o lerá, infelizmente. Não com a periodicidade que seria desejável, ou necessária, para dar-lhe a devida conseqüência. Talvez fosse possível alcançar a massa dos cidadãos se o jornal contasse com alguma publicidade ou um mecenas poderoso. O preço dessa abrangência, porém, seria a perda da independência, o fim da possibilidade de fazer um jornalismo radical (de *radicare*: ir às raízes), que só tem um limite: a capacidade do jornalista que o pratica. É uma contradição, mas ela é inevitável.

Se a sua difusão não pode ser ampla, o *Jornal Pessoal* transforma essa limitação em arma de combate, pois seu grande objetivo é criticar a elite, fustigando-a, cobrando-lhe os compromissos devidos (e, em alguns casos, declarados), exigindo sua participação, denunciando-a, desmascarando-a, desnudando-a, expondo-a àquilo que mais detesta: ser analisada pelos demais cidadãos.

Ao contrário dos marxistas ortodoxos, partilho o entendimento de intelectuais mais perceptivos à complexidade humana (como Karl Mannheim, Max Weber, Lucien Goldman, Wright Mills e, claro, Sigmund Freud, aquele que tudo explica), de que o papel das elites é muito mais decisivo do que estão dispostos a admitir os sacerdotes da determinação econômica (ainda que atenuada pelo aposto da “última instância”).

Com esse fundamento, respondo aos que consideram excessiva a atenção que dispenso às elites, materializada no *Jornal Pessoal*. A leitura das 400 edições publicadas pelo jornal até o seu 20º aniversário ajudarão a compreender alguns dos problemas que a sociedade paraense, em particular, a amazônica, em maior amplitude, e a brasileira, em geral, enfrentam. E a explicar por que não se consegue transformar nosso potencial de riqueza em bem-estar para nossos cidadãos, traduzindo materialmente uma expectativa que se vai tornando quimera.

Numa região como a amazônica, cuja condição colonial é resultante de sua impossibilidade (ou

incapacidade) de tomar as rédeas da sua história, o diagnóstico das elites é uma chave elucidativa. Como elas têm mais condições materiais de percepção e antecipação dos fatos, no momento mesmo em que eles ocorrem (ao menos em tese), se forem provocadas para descer à rinha, talvez se consiga ajustar o tempo da consciência ao da história, disfarçada de cotidiano (geralmente considerado inosso e sem glamour).

*A única razão para falar sobre a Amazônia para distintas senhoras de um clube feminino instalado na avenida Estados Unidos, nos lindos jardins de São Paulo, era ter nascido na Amazônia. Senti-me um índio quinhentista nos salões reais da Europa*

A grande e mortal deficiência das colônias resulta do descompasso entre o que acham que está acontecendo e o que realmente sucede. Vêm o que está diante dos seus olhos desnudos. Essa é a ilusão da realidade. A realidade concreta exige as lentes da ciência, do conhecimento e de uma rede de informações. Porque as raízes dos fatos mais importantes que ocorrem na Amazônia estão mergulhadas na aparência e conectadas a teias extremamente

complexas e de ramificação internacional.

À medida que ia me informando sobre a Amazônia, para poder informar meus leitores, descobria que o jornalismo, sozinho, era insuficiente para dar conta da complexidade das questões com as quais me debatia quase diariamente. Elas eram profundas e, ao mesmo tempo, sujeitas a uma mutação incrivelmente rápida, responsável pelo tom fascinante e ao mesmo tempo assustador do ritmo da expansão da “fronteira” na Amazônia comparativamente aos outros domínios coloniais, ontem e hoje. Era preciso recorrer a métodos mais sólidos para identificar as novidades, a tarefa principal do jornalismo, e compreender o significado desses fatos, o que já requer um saber organizado, testado, demonstrado — e aí o campo passa a ser o da ciência. Por isso, podendo cursar sem problemas o curso de jornalismo (porque já tinha o registro profissional antes da exigência do curso de comunicação social para o exercício da profissão, no triste ano de 1969), preferi a sociologia. Achei que ela me seria mais proveitosa. E achei certo.

Mas também percebi logo, por começar na profissão na flor dos 16 anos, que só publicando matérias não conseguiria bem servir meus concidadãos amazônicos: precisava ir além da profissão, por melhor que a exercesse. Fiz minha primeira palestra em 1967. A segunda só aconteceu dois anos depois, em 1969. A única razão para falar sobre a Amazônia para distintas senhoras de um clube

feminino instalado na avenida Estados Unidos, nos lindos jardins de São Paulo, era ter nascido na Amazônia. Senti-me como um índio quinhentista nos salões reais da Europa. Sem a companhia de periquitos e papagaios, é claro.

Acho que já passei dos dois milhares de palestras desde então. Vejo numa anotação que em 1982 elas somavam 962. De lá para cá não deu mais para manter o registro. Em mais de 95% dos casos, foram apresentações gratuitas. Geralmente porque concordei com a relação, risonha e franca, “pela causa”; mas também por abuso de muitos dos meus anfitriões, mal acostumados à minha fidalguia, às vezes compulsória (como no caso do herói, sem tempo para fugir).

É que, quando tinha um salário fixo, não me importava em ser explorado, especialmente quando era uma exploração lúdica, que me proporcionava a oportunidade de ter contato direto com muitas e diferentes pessoas, o melhor nesse missionarismo palestrante. Queria disseminar informações, partilhar idéias e fomentar interesse pela Amazônia. Há mais de uma década, porém, vivo de rendimentos eventuais. Eu me reciclei para viver assim. Meus convidados, não.

Mas não é esse detalhe lateral o que interessa. Queria falar sobre o constrangimento que involuntariamente eu criava quando tinha que ser apresentado ao público. O apresentador indagava pelo meu título. Eu respondia rapidamente, sem qualquer dúvida sobre a minha condição: jornalista. “Só?”, reagia o interlocutor.

*Quando comecei a trabalhar, o jornalismo era associado a empirismo, impressionismo, inexactidão, incapacidade de demonstrar, falta de base documental. Havia preconceito nessa atitude, mas o procedimento dos jornalistas alimentava essa má-vontade*

Durante alguns anos, era só isso mesmo. Um tanto contrariado ou constrangido, o apresentador declarava o meu título, como se pedisse desculpas. Algum tempo depois que me formei em sociologia, já ciente da circunstância desfavorável, acrescentei meu título acadêmico ao profissional. Propiciei um grande alívio ao apresentador, sobretudo no meio acadêmico. Eu deixava de ser “apenas” jornalista: felizmente, era também sociólogo. Surgia então uma explicação mais aceitável para eu ser convidado para as palestras.

Quando comecei a trabalhar, o jornalismo era associado a empirismo, impressionismo, inexactidão, imprecisão, incapacidade para demonstrar, falta de base documental, não-científico. Havia boa dose de preconceito nessa atitude, mas o procedimento dos jornalistas alimentava essa má-vontade, enfática nos acadêmicos. Quanto mais eles destacavam o que os distinguia e distanciava dos jornalistas, mais reforçavam seu próprio valor como homens de ciência,

mesmo quando agiam assim inconscientemente.

Entrei pela primeira vez como profissional, na redação de *A Província do Pará*, em 1966, com um caderno na mão. Logo observei: era o único com esse hábito. Os demais pegavam algumas folhas de papel (as laudas, que na *Província* eram rudimentares: nem marcação de páginas tinham), nelas faziam suas anotações e as jogavam fora quando concluíam a matéria.

Comecei minha pregação para que todos usassem cadernos. Assim poderiam transformá-los em arquivos, recorrendo a eles quando necessário. Ainda mais porque apenas uma parte das anotações ia para o texto que escreviam, chegando dessa forma à página impressa do jornal. As laudas acabavam na cesta de lixo, destino inglório, desperdício de informação, que nunca mais podia ser recuperada.

Tenho centenas de cadernos meus e alguns outros de terceiros. Um dos meus projetos para a velhice é voltar a eles e tentar abordar a história que vivi e testemunhei de uma perspectiva mais pessoal, menos enquadrada no rigor da bitola jornalística. Alguns desses cadernos são preciosos. Por exemplo: alguns dos que Raimundo Rodrigues Pereira<sup>2</sup> escreveu durante a edição especial da revista *Realidade* sobre a Amazônia, em 1971, que ganhou o Prêmio Esso daquele ano e se tornou legendária por sua qualidade incomum.

Raimundo foi um dos meus mestres no aprendizado do jornalismo.



*Fotos registram as marcas de agressão sofrida por Lúcio dono do jornal O Liberal (Diário do Pará, 22/1/05)*

Através dele, me confrontei com o rigor das ciências exatas, meu bicho-papão na escola convencional. Raimundo viera da física para o jornalismo. Com ele, não podia ser mais ou menos. Só aceitava colocar em letra de forma o que pudesse ser exemplificado, demonstrado, reconstituído. A apuração precisava ser meticulosa e bem clara a exposição. Além disso, o texto tinha que conter humor, ironia, espírito (no sentido daquela “espirituosidade” capaz de distinguir a pessoa brilhante do tipo padrão).

Espicaçado pelas exigências e cobranças de Raimundo na retaguarda da edição, íamos para “campo” mais alertas e perspicazes. Se não levávamos tanta munição perceptiva, tínhamos que reescrever, voltar a checar, ampliar a apuração dos fatos, enriquecer, evoluir. Evoluí tanto com esse mestre que cheguei ao estágio de me confron-



Flávio em janeiro de 2005, quando foi espancado pelo

tar com ele. O que mais me honra é poder tê-lo — se não como igual — como um equivalente, poder ombrear-lhe algumas vezes.

*A novidade que a universidade deu aos jornalistas que passaram a freqüentá-la na década de 1960 foi o método. Não importava tanto qual o curso superior que faríamos. Aprendemos a agir e raciocinar com método, por etapas, com hipóteses. Não estávamos mais sujeitos à tentação de reinventar o mundo a cada dia de trabalho*

Qual era esse ponto de nivelamento por cima, marcante nessa geração, que entrou nas redações entre o golpe militar de 1964 e o AI-5, de 1968? O pé que ela tinha na universidade, principalmente. Fomos buscar um diploma. E como ainda não havia essa bitola empobrecedora, a busca foi ampla e imprevisível. Vários, como Raimundo, vieram da física.

Acho que esta foi a novidade em relação à geração anterior, que sobreviveu ao Estado Novo (1937-1945) ou se revelou com a democratização seguinte. Os jornalistas desse período foram até mais brilhantes do que nós, mais

amplamente talentosos, com maior diversidade de recursos pessoais. Mas confiaram exageradamente em seus talentos, em sua intuição, em seu brilho excepcional. Estudavam pouco, apuravam insuficientemente, não davam aos fatos a importância que eles intrinsecamente têm (e precisam sempre ter) no trabalho do jornalista. Não tinham método, em suma.

Foi essa a novidade que a universidade deu aos jornalistas que passaram a freqüentá-la na década de 60 do século passado. Não importava tanto qual o curso superior que faríamos, uns aparentemente mais coerentes, nas ciências humanas, outros parecendo deslocados, nas exatas e naturais. Talvez as humanas dessem maior capacidade crítica, mas as exatas e naturais imprimiam maior apreço pela exatidão dos fatos, por sua demonstração, graças ao seu experimentalismo.

Janeiro 2008

Seguindo um ou outro caminho, ou os combinando, através do diálogo e da experiência em comum, aprendemos a agir e raciocinar com método, por etapas, trabalhando com hipóteses, seguindo um roteiro, suficientemente consistente para nos orientar, mas aberto às novidades, para não nos limitar. Demarcando o caminho com pedras, para poder refazê-lo, e não com miolo de pão, a causa da perda de João e Maria na fábula infantil. Não estávamos mais sujeitos à tentação de reinventar o mundo a cada dia de trabalho: encaixávamos-nos no processo cumulativo de informação e conhecimento do nosso meio, do mundo, da humanidade.

Essa formação acadêmica nos protegeu do empirismo e da falta de rigor que predominavam no jornalismo. Eu chegava à redação com meu caderno e saía com um bocado de papel debaixo do braço. Ganhei meu primeiro apelido: “so-vaco ilustrado”. O ceticismo geral, implícito nesse batismo, diminuiu um pouco depois do primeiro “furo”, ainda em 1966: uma entrevista exclusiva com o historiador inglês Arnold Toynbee, considerado o maior na época, que passou por Belém a caminho dos Estados Unidos, para uma palestra.

Uma das minhas qualificações para a matéria, reproduzida em página inteira pelo *Correio da Manhã*, do Rio de Janeiro (o que me ajudaria depois, na temporada carioca), era conhecer pelo menos parte da obra do autor de *Um Estudo da História*, um cartapácio em 15 volumes (na minha edição), que reconstitui

a trajetória da humanidade. O velho historiador, que morreria anos depois, foi condescendente com o menino curioso ao constatar que seu entrevistador podia dialogar com certo conhecimento de causa sobre o tema proposto.

Nessa época não havia nenhum arquivo de texto nos jornais de Belém, recurso ainda pouco usual até mesmo na grande imprensa nacional. Tentei sem sucesso sensibilizar a direção de *A Província* para esse investimento vital, mas somente anos depois ela aceitou criar o primeiro arquivo do jornal, restrito, porém, a fotografias. Até hoje essa é uma das mais flagrantes lacunas na retaguarda da imprensa local. Esse é recurso essencial para um jornalismo de melhor conteúdo. Uma das razões do sucesso do *Jornal do Brasil* na passagem entre os anos 1950 e 60 foi o seu Departamento de Pesquisa, criado por Murilo Felisberto, recentemente falecido (sem o destaque merecido), e aprimorado por Fernando Gabeira.

*As especialidades são uma ferramenta a mais no estojo do jornalista, um profissional que é específico, único e útil porque testemunha de fato acontecimentos tão díspares. Esteve no olho do furacão. Pode dizer: “meninos, eu vi”*

Muitos leitores, como eu, liam os textos do *JB* de baixo para cima, do *box*, preparado pelo Departamento de Pesquisa, para a matéria do dia. Esse modo de proceder enriquecia o acompanhamento do cotidiano ao encadeá-lo no processo histórico.

Antes mesmo de me profissionalizar eu já organizava minha coleção de recortes de jornais e revistas, um fardo que foi crescendo paquidermicamente ao longo dos anos. Também procurava documentos oficiais e publicações corporativas, o que me tornou cliente precoce do IBGE. Fui leitor compulsivo desde a primeira hora da alfabetização, e, por isso mesmo, desorganizado, caótico. Mas o acesso à teologia e à filosofia dos primeiros existencialistas me fez perceber que precisava de disciplina. Queria continuar a ler pelo princípio do prazer, que se tornou meu norte de vida. Mas tinha também que produzir, criar.

Para isso, precisava seguir um processo de acumulação de dados, sempre mais seguros e mais amplos, guiado por uma bibliografia sistemática, que formava graças a uma conta-corrente numa livraria de Belém, que comprava todos os títulos disponíveis nos catálogos das editoras. Sempre à cata de curiosidades interessantes para ilustrar meus “causos” ou para desvendar raízes obscuras ou insólitas, também fui imberbe cliente dos “sebos”.

Graças a essa dupla via, acho que formei minha carapaça de jornalista sem perder o enchimento de vivacidade e leveza,

que a leitura por puro prazer proporciona. Como eu, muitos outros que, em várias partes do país, seguiam a mesma trajetória, no rumo de um jornalismo enriquecido. Tão acrescido que começaram a surgir adjetivos acompanhantes para qualificá-lo: investigativo, econômico, ambiental, indigenista, amazônico.

As especialidades, de fato, são necessárias. Mas são complementares, uma ferramenta a mais no estojo de um profissional que é específico, único e útil porque testemunha acontecimentos tão díspares, testemunhando-os de fato, não por mera leitura, por ouvir dizer. Esteve no olho do furacão. Pode dizer: “meninos, eu vi”. Sem ser presunçoso ou pretensioso. Empenhado em assegurar para a sociedade a perenidade do cotidiano, eliminando o efêmero que se esfuma no dia-a-dia, desprovido de conteúdo, de história.

Fazer esse jornalismo é difícil e desgastante. Quando saímos para uma reportagem especial, que geralmente exige viagem, seguimos orientados pela consulta a material de arquivo, mas não só isso, que se tornou trivial (embora não seguro) com os google da vida, acessíveis pela rede mundial de computadores. Dispomos de um método científico, que nos possibilita aplicar amostras ao universo que iremos cobrir, perceber tipos, extrair (ou aplicar) conceitos a uma realidade que se apresenta aparentemente inescrutável, amorfa, indefinida.

Claro que não vamos “a campo” apenas para confirmar hipóte-

ses ou teorias. Se fizéssemos isso, nosso jornalismo não teria valor. Temos que estar em condições de perceber as novidades, as diferenças, os específicos de cada caso que abordamos. Mas não atiramos ao léu. Se quisermos que nosso material tenha concretude e valor de referência, precisamos entrevistar muita gente, percorrer muitos lugares, captar o que está no ar, disseminado pelo universo. E o texto precisa ser claro, acessível, fluente. Para ser lido e entendido.

*Quando enfrenta os acontecimentos do dia com a lupa do saber organizado, o jornalismo torna-se uma fonte de referência. O maior exemplo do significado desse jornalismo é I. F. Stone, que de 1952 a 1971 editou, sozinho, seu I. F. Stone's Weekly (depois quinzenário)*

Só um profissional que tem ao seu alcance a maior diversidade possível de experiências humanas, que pode transitar entre todas as partes da sociedade, do alto do poder até a base da vida dos indivíduos, em contato com as pessoas mais célebres e as mais anônimas, pode combinar os dois elementos: a informação fresca, captada em sua fonte primária, e a narrativa cativante, que atrai o interesse e fixa a atenção. Alguns jornalistas

evoluem tanto que se tornam escritores. E, às vezes, vice-versa, mas com frequência muito menor porque o trânsito no sentido contrário é muito mais difícil.

Com tudo isso, o jornalismo passou a ser, pelo menos, uma “quase-ciência”. E jornalistas pularam o muro da academia, se tornando pesquisadores, professores, autores de livros que podem ser citados, que podem ser incluídos em bibliografias de publicações acadêmicas, avalizados pelo sinete da ciência.

Nem sempre a exclusão dos trabalhos jornalísticos da referência dos acadêmicos é sem razão. Pelo contrário: a regra é mesmo que as obras de jornalistas não sirvam de referência aceitável em dissertações de mestrado, teses de doutoramento ou outras empreitadas desse gênero. Nossos livros raramente têm notas de pé de página ou remontam às suas fontes de consulta, assim autorizando a conferência da informação usada. Muitas vezes escritos no calor da hora, não deixam tempo para tais cuidados metodológicos.

Independentemente dessas limitações convencionais, porém, o jornalismo se afirma exatamente quando enfrenta os acontecimentos do dia com a lupa do saber organizado, do conhecimento que já existe a respeito de tais acontecimentos, estabelecendo o elo entre o presente e o passado —e, sempre que possível, também com o futuro. É comum que um jornalista, na aplicação do seu método de pesquisa, depare-se com fatos ou fenômenos in-

teiramente novos, tanto para ele quanto para a sociedade da qual participa.

Se o evento é relevante e tem significado, deve observá-lo, anotá-lo, apresentá-lo, situá-lo no tempo e no espaço e procurar uma explicação para o seu significado. Nessa busca, um jornalista tem ao menos a possibilidade de chegar ao novo, àquilo que, começando a ter o seu curso na história, ainda sob a aparência fugaz de cotidiano, vai marcar a vida das pessoas, do local específico ou de cenários muito mais amplos.

Quando realiza esse trabalho, o jornalismo se transforma numa fonte indiscutível de referência. Mesmo quando não é citado explicitamente, por motivos vários (incluindo a desonestidade intelectual de diversos autores), é matriz de cultura, no seu mais amplo sentido antropológico. É o pára-choque da sociedade, seu barômetro, sua biruta e sua ferramenta de trabalho.

O maior exemplo do significado desse jornalismo é I. F. Stone, jornalista americano que morreu aos 82 anos, em 1989. De 1952 a 1971 ele editou, sozinho, seu *I. F. Stone's Weekly* (a partir de certo período, quinzenário). O material do semanário sempre foi usado pelos acadêmicos, porque Stone lia, traduzia e interpretava documentos oficiais, geralmente áridos e pouco lidos, apesar de sua importância, mas raros o citavam. Apropriavam-se de seu texto ou o tomavam como pista para suas pesquisas, sem o devido crédito.

A pirataria começou a se tornar mais evidente quando seleções do *Weekly* passaram a ser publicadas na forma de livro, 10 anos depois do surgimento do “jornalzinho”. Hoje, é impossível considerar a “outra versão” dos anos 1950 a 70 sem passar por Stone, respeitando seu legado.

*O título de professor da UFPA, que me honra muito, me ajuda a me sentir em casa quando subo do jornalismo à academia. Foi como me senti ao receber a homenagem especial na sessão de abertura da 59ª Reunião Anual da SBPC, ao que parece a primeira desse tipo prestada a um jornalista*

É esse acervo que foi modificando o relacionamento entre a academia e o jornalismo. Depois de muitas palestras, na recepção ao meu título de jornalista já não era tão marcante a reação adversa do apresentador e do público. A muleta da sociologia ainda ajudava — e continua a ajudar — meu

tráfego entre os sacerdotes do saber, minha aceitação pelos que, afinal, são um tanto meus pares. Saí da Universidade Federal do Pará há 10 anos, mas continuo a ser tratado como se fora professor da instituição.

O título, dado sem minha sugestão, mais por gravitação de uma necessidade protocolar, me honra muito. Minha memória dos sete anos na UFPA é boa, mantém agradável recordação e saudade. Quando o balanço é positivo, o título se torna vitalício, como o dos senadores italianos, sem a contaminação dos benefícios espúrios da vitaliciedade, quando imerecida. O título me ajuda a me sentir em casa quando subo do jornalismo à academia, como fiz dezenas e dezenas de vezes, nesse já longo ciclo de palestras.

Foi como me senti no dia 8 de junho de 2007, dentre mais de duas mil pessoas presentes ao centro de convenções de Belém (obra do elitismo tucano, que se manteve à frente do governo do Estado ao longo de 12 anos, mimetizada pelos neopopulistas do PT, que assumiram o poder neste ano), ao receber a homenagem especial na sessão de abertura da 59ª Reunião Anual da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência, a segunda realizada na Amazônia, ao que parece a primeira home-

nagem desse tipo prestada a um jornalista e a um paraense-amazônida. Foi a homenagem da maior entidade científica do continente a um jornalismo que, como a poesia de Carlos Drummond de Andrade, está comprometido com seu tempo e sua gente. Um tempo presente, um mundo presente, como disse nosso irmão-gêmeo de terra minerada, o homem que lamentou a perda de Itabira, mas não pôde ver Carajás.

Sem o poder dos versos e sem a grandeza de Drummond, o que nos resta é sermos operários das letras, que moldam com palavras a percepção desta nova epopéia, tão distante das Minas Gerais, tão ao feitio dos seus feitores. Nenhum de nós extraiu de si até agora lamento como o de Drummond. Conseguiremos, então, na Amazônia colonizada, criar uma história que não dê motivos para versos de tristeza, como os do poeta itabirano?

É a pergunta que fica e o desafio que se impõe ao nosso tempo.

### Sobre o autor

**LÚCIO FLÁVIO PINTO**, criador e editor do Jornal Pessoal, é jornalista e sociólogo. Foi repórter do Correio da Manhã, da revista Realidade e do jornal O Estado de S. Paulo, onde trabalhou por 17 anos e cuja sucursal em Belém criou e chefiou. Autor de vários livros, entre eles Amazônia: no rastro do saque (Hucitec, 1980), Jari: toda a verdade sobre o projeto de Ludwig (Marco Zero, 1986) e O Jornalismo na Linha de Tiro (2007).

### Notas do Editor

- 1 Dos processos movidos contra Lúcio Flávio, 13 são de autoria de membros da família Maiorana, que vêm a ser os proprietários do Grupo Liberal, ao qual pertencem o jornal e a TV do mesmo nome, esta afiliada à Rede Globo. No dia 21 de janeiro de 2005, o jornalista foi agredido a socos e pontapés, em local público, por Ronaldo Maiorana e por dois policiais militares que trabalham ilegalmente como seguranças do empresário.
- 2 Raimundo Rodrigues Pereira notabilizou-se, posteriormente, como um dos mais importantes jornalistas da imprensa de oposição ao regime militar. Foi o principal editor dos jornais *Amanhã*, *Opinião* e *Movimento*. Uma apreciação notável, porém controversa, do papel desempenhado por Raimundo à frente desses jornais pode ser encontrada em *Jornalistas e Revolucionários*, de Bernardo Kucinsky (Scrítica, 1994).